

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO DE UM ACOMPANHAMENTO COM ÊXITO NO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN

Ana Beatriz Pereira Cavalcante ¹

Iris Mariane Viana ²

Yasmin Braga de Oliveira ³

Cristiane de Fátima Costa Freire ⁴

RESUMO

O presente trabalho visa identificar os desafios para um acompanhamento com êxito no Atendimento Educacional Especializado (AEE), identificando e compreendendo como este acontece, os impasses que interferem em sua oferta e os maiores desafios vivenciados pelos profissionais atuantes para garantir uma oferta qualificada e com resultados positivos. A metodologia utilizada, foi a abordagem qualitativa, cujos principais procedimentos para obtenção dos resultados foram: análises bibliográficas; estudo das legislações vigentes; aplicação de questionário com as professoras responsáveis pelo AEE. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública no município de Portalegre/RN. A escola é a única que dispõe da modalidade de ensino do AEE no município, contando com uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). A sala conta com a atuação de duas professoras licenciadas em Pedagogia, ambas, com especialização em Psicopedagogia. Com a obtenção dos resultados, foi possível constatar o horário no qual os atendimentos são ofertados, a pouca colaboração dos pais com o atendimento e a participação positiva dos professores regulares dos alunos atendidos. Ademais, o estudo também identificou como as professoras reconhecem o bom trabalho oferecido, considerando o progresso do público atendido. Entretanto, algumas divergências podem ser identificadas quando comparadas a delimitação de como deve acontecer a oferta do AEE e como vem acontecendo com base nas respostas das professoras, como o atendimento no mesmo turno das aulas regulares, o que ocasiona a retirada do aluno de sala de aula.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Desafios; Oferta; Público-alvo.

INTRODUÇÃO

A Educação, ao ser reconhecida como um bem primordial para o desenvolvimento pleno do ser humano, passou a ser garantida através da legislação. Por ser um direito igual a todas as pessoas, independentemente de suas especificidades, diferentes modalidades foram pensadas para atender de forma qualificada e assistiva a todos os indivíduos. Entre elas, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem por objetivo promover o acompanhamento dos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, durante a Educação Básica.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, “a Educação é um direito de todos, sendo dever do Estado e da família o seu incentivo e promoção, visando o desenvolvimento da pessoa para o seu convívio pleno em sociedade”. (BRASIL, 1988). Sabendo disso, as instituições escolares, bem como o Estado e todo o corpo social, devem pensar práticas pedagógicas que proporcionem aos educandos possibilidades de se manterem no ambiente escolar, de forma efetiva e qualificada.

Sendo assim, é sabido que dentro das modalidades da Educação, está a Educação Inclusiva, e quando falamos em Educação Inclusiva, logo pensamos em que tipo de Educação? Em quais Práticas? Em quais Métodos? Onde? Quem? São inúmeras perguntas a serem respondidas e questionadas ao mesmo tempo, pois a Educação Inclusiva é mais que necessária para se debater e buscar respostas a todos os instantes. Sabemos que as crianças/jovens com deficiência têm direito ao Atendimento Educacional Especializado, mas realmente isso se efetiva na prática?

Visando os pontos mencionados e tantos questionamentos, foi necessário reconhecer que deveriam ser pensadas estratégias para o atendimento desse público, de forma que contribuíssem para o processo de inclusão no ambiente escolar. Assim, em novembro de 2011, através do Decreto Nº 7611, fica estabelecido o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual, deve acontecer prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais, atendendo ao público alvo dessa modalidade de ensino.

As Salas de Recurso Multiprofissionais (SRM), são descritas como “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011), estes, são recursos que possibilitam um melhor desenvolvimento para os acompanhamentos acontecerem, de tal forma que, tornam-

se indispensáveis para um atendimento assistivo e de qualidade no ambiente escolar. As SRM são montadas através de recursos vindos do Governo Federal para aquisição dos equipamentos.

Ao contrário do que muitos pensam, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem um público alvo para desenvolver os seus atendimentos. Os quais, de acordo com a resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, são

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009).

O intuito dos atendimentos é que os estudantes atendidos possam desenvolver suas habilidades motoras, psicomotoras, de fala, de percepção, atenção, memória, linguagem, dentre outras, visto que esse serviço é essencial para garantir a inclusão e permanência desses indivíduos nas instituições de ensino. Assim, o AEE se caracteriza como uma modalidade de ensino fundamental para os alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com altas habilidades/superdotação.

Baseando-se no mencionado, o presente trabalho, justifica sua importância em ampliar os conhecimentos acerca do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os impasses e desafios que interferem na sua realização, tendo em vista que, muitos são os fatores que contribuem para um bom atendimento, bem como, são muitos os dilemas que intervêm para a efetivação desse direito. Assim, esta pesquisa tem como objetivo identificar e refletir sobre os desafios para a realização de um acompanhamento com êxito no município de Portalegre/RN, através do AEE, em uma escola da rede municipal de ensino.

METODOLOGIA

O presente trabalho é de abordagem qualitativa, uma vez que, busca compreender as percepções dos sujeitos de forma contextualizada, podendo identificar as relações e dificuldades perpassadas no campo de atuação, isto é, não se preocupa com a quantificação, mas com a interpretação. Em concordância com isso, Minayo (2001), define a pesquisa qualitativa como a que “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados”.

A pesquisa também é fundamentada pôr em análise bibliográfica, onde foi possível conhecer os escritos já existentes sobre a temática e construir paralelos com a pesquisa a ser desenvolvida. Além da análise bibliográfica, ainda há uma análise documental, onde são estudadas as legislações que regem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para que seja possível conhecer como a legislação prevê que aconteça e como na prática, tem sido efetivado.

O estudo foi realizado através de um estudo de campo, onde os pesquisadores tiveram contato direto com o lócus da pesquisa, conhecendo e podendo interagir com a realidade a ser explorada. Para Gil (1946), um estudo de campo pode ser compreendido como uma “investigação informal e relativamente livre, no qual o pesquisador procura obter, tanto quanto possível, entendimento dos fatores que exercem influência na situação que constitui o objeto de pesquisa”. Isto é, buscou-se construir através do contato com o local, o conhecimento sobre a realidade do AEE.

A coleta de dados foi realizada no município de Portalegre, no Rio Grande do Norte, em uma escola da rede municipal de ensino. Esta é a única instituição na cidade que dispõe da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e que oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE). As responsáveis pela sala/atendimentos são duas professoras com formação inicial em Pedagogia, tendo também formação continuada, ambas são psicopedagogas. A sala funciona nos dois turnos (matutino e vespertino).

Para obtenção dos dados, aconteceu através da aplicação de um questionário, o qual, de acordo com Gil (1946), “é um conjunto de questões a serem respondidas por escrito pelo pesquisado”. Este, foi encaminhado para as professoras através do Google Formulários, onde, através de perguntas objetivas, objetivou-se conhecer como o AEE tem sido efetivado no município de Portalegre, identificando os desafios presentes, com base na percepção das professoras responsáveis.

Para tanto, os dados obtidos foram interpretados de forma qualitativa, buscando compreender e construir significados através das respostas dos sujeitos, bem como fazendo relações com a análise bibliográfica e documental realizada.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) em que a modalidade de ensino é a Educação Especial, a qual visa incluir e garantir a permanência dos alunos com necessidades específicas, para que estes tenham assegurado o seu direito ao acesso e permanência em uma escola pública e de qualidade. No entanto, apesar de garantido e assegurado por lei, muitos são os desafios enfrentados para que o AEE seja ofertado de forma significativa e eficaz aos alunos.

Para nortear esse atendimento e delimitar de forma organizada, no ano de 2009, foi instituída a Resolução N° 4, de 2 de outubro de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Com esse documento foi possível conhecer como esse atendimento deve acontecer, uma vez que, são apontadas delimitações como: formação do professor; horário em que deve ser ofertado; público-alvo a ser atendido; objetivo complementar/suplementar; deve acontecer prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM); pode acontecer no ambiente hospitalar; os alunos devem estar matriculados na sala de aula regular.

Ao referir-se ao horário em que deve ser ofertado, as diretrizes orientam que isto aconteça no horário inverso a escolarização regular do aluno, para garantir que este não passe por nenhum prejuízo na sala de aula. Outro ponto importante, é que os alunos matriculados em escolas que não dispõe do AEE, este pode ser atendido em outras instituições escolares, desde que estas tenham vagas disponíveis e que o aluno tenha condições de ir até lá. Ao delimitar o público-alvo a ser atendido, o AEE terá como público alvo, alunos com: deficiência; transtornos globais do desenvolvimento; e altas habilidades/superdotação.

Entretanto, no Rio Grande do Norte (RN), a Resolução N° 02/2012-CEE/CEB/RN, 31 de Outubro de 2012, que fixa as normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial, acrescenta ao público-alvo a ser atendido, crianças com Transtornos Funcionais Específicos, entre os quais, podemos mencionar, dislexia, dislalia, disgrafia, Transtorno de Conduta, etc. Isto é, além do público definido pela resolução

federal, no estado do RN, os alunos com os transtornos mencionados acima, também devem ser atendidos pelo AEE.

Sabendo das especificidades dos alunos a serem atendidos, é relevante considerar um dos aspectos mencionados nas diretrizes operacionais do AEE, a formação dos professores e suas funções. Dado que, este será o profissional a planejar individualmente as intervenções a serem realizadas, acompanhará o aluno durante todo o tempo em que estiver sendo atendido, o que demandará de fato uma formação continuada e específica a temática, para que seja realizado um trabalho qualificado. Em concordância a isso, Pasain, Mendes e Cia (2017), apontam que,

A partir do momento que há um conjunto de especificidades que demandam conhecimentos para atuar com um determinado alunado, faz-se necessário que docentes possuam formação adequada para tal, e essa formação necessita ser específica para que o professor seja capaz de potencializar o aprendizado de seus alunos provendo o melhor ensino possível para eles (Pasain, Mendes, Cia, 2017; p. 973).

Além de mencionar a formação, as diretrizes também colocam o professor do AEE como o responsável pelo planejamento dos alunos, mas aponta que este planejamento deve acontecer em parceria com o professor da sala de aula regular, a família e também com os demais profissionais que acompanham a criança, sejam eles da escola onde o aluno está matriculado ou de forma privada.

Para tanto, é possível reconhecer que as diretrizes operacionais delimitam de forma clara como o AEE deve ser ofertado, no entanto, é importante compreender se na prática, tudo está sendo efetivado conforme o previsto, afinal, muitos são os fatores que podem influenciar na efetivação e permanência dos alunos no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para efeitos de resultados e discussões, podemos perceber primeiramente a importância do conhecimento acerca da modalidade de ensino na Educação Inclusiva, bem como quais trabalhos devem ser realizados dentro da lei, assegurando a proposta conforme as diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. Dessa forma, é necessário buscar informações e atualizações sobre as mudanças que acontecem, a exemplo dos termos usados como forma de prevenção ao capacitismo, pois a Educação Inclusiva, denota transição a cada resolução nova.

A importância para esses profissionais saberem com quais públicos o Atendimento Educacional Especializado deve atuar, mostra a competência em trabalhar com diferentes

deficiências, mas com uma especificidade para cada uma. As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços existentes nas escolas regulares e têm como objetivo oferecer suporte pedagógico especializado a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação inseridos no ensino regular. Estas salas são equipadas com recursos didáticos e pedagógicos específicos para atender às necessidades educacionais e de aprendizagem desses alunos.

É importante ressaltar que as salas de recursos multifuncionais não significam que o aluno passará todo o tempo nesse espaço. O objetivo é que eles frequentem a sala de ensino regular e utilizem a sala de recursos multifuncionais como um complemento para seu aprendizado, de acordo com as suas necessidades. O investimento em salas de recursos multifuncionais é essencial para uma educação inclusiva, garantindo que todos os alunos, independentemente da demanda, tenham acesso a uma educação onde há o suporte para as dificuldades enfrentadas no ensino/aprendizagem.

O objetivo da educação inclusiva é garantir que todos os estudantes tenham acesso as oportunidades de aprendizado, independentemente de suas habilidades, origens ou outros fatores.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (Mantoan, 2015, pag. 32).

Ou seja, não é somente a Educação Inclusiva que necessita de investimentos e prioridade, mas, como um todo, a Educação do País, visto que as escolas da educação básica passam por dificuldades estruturais, como a falta de materiais pedagógicos, assim como a falta de recursos para um ensino que dê suporte aos alunos, em seus aspectos educativos.

Dessa forma, organizamos as respostas para análise de dados por tabelas, perspectivando identificar as dificuldades para um acompanhamento com êxito no AEE de uma escola da rede municipal de ensino de Portalegre/RN, cidade serrana situada no Alto Oeste Potiguar, atualmente possui nove escolas municipais, apenas duas localizadas na área urbana, em que somente uma é ofertado a sala de AEE. O município também não dispõe de clínicas e atendimentos de apoio voltadas para as crianças com deficiência, o que necessita ainda mais do auxílio das salas de AEE.

Tabela 1:

Perguntas:	Psicopedagoga Institucional e Clínica:
Qual o público atendido pela sala?	<i>Estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.</i>
Para a seleção dos alunos a serem atendidos, acontece alguma avaliação prévia? De que forma acontece essa avaliação?	<i>São atendidos os estudantes com laudo e os que estão em acompanhamento por uma equipe multidisciplinar, que orientam o atendimento educacional especializado.</i>
O Atendimento acontece no horário inverso (turno no qual o aluno não está matriculado na sala regular) ou horário regular (onde o aluno deve ausentar-se da sala de aula)?	<i>O Atendimento acontece no contraturno e no turno.</i>
Em relação aos pais dos alunos atendidos, eles participam e colaboram de forma a contribuir com o desenvolvimento dos atendimentos? Ex: levam os alunos até a instituição; etc.	<i>Alguns sim.</i>
Sabendo dos inúmeros impasses enfrentados para realizar um atendimento com êxito, quais são os maiores desafios enfrentados para realizar os acompanhamentos na instituição?	<i>A colaboração por parte de alguns pais, em relação ao cumprimento dos estudantes participarem do atendimento no contraturno.</i>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Podemos observar de imediato, a regressão do termo utilizado para se referir ao Transtorno do Espectro Autista, que desde o ano de 2013, passou de Transtorno Global do Desenvolvimento para a então nova nomenclatura, TEA. Em 2013, com a publicação do DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª Edição) pela Associação Americana de Psiquiatria, os vários subtipos de transtornos anteriormente separados como o autismo clássico e a síndrome de Asperger foram todos consolidados sob o único título de Transtorno do Espectro Autista (TEA). O termo TGD tornou-se menos comum e foi largamente substituído por TEA em contextos clínicos e educacionais.

Outro fator preponderante para um bom trabalho a ser realizado, é a não retirada desses alunos das aulas regulares, visto que o objetivo do AEE é que o atendimento seja realizado no contraturno, exatamente para que não haja a substituição do ensino regular, mas sim, o complemento dele. Ao observarmos as respostas na tabela 1, percebemos que o Atendimento Educacional Especializado acontece também no turno em que esses alunos deveriam estar na sala de aula regular. Os benefícios do AEE ser no contraturno são essenciais para garantir que

alunos com necessidades educacionais tenham acesso a uma educação de qualidade, recebendo o suporte para superar as barreiras que possam comprometer seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Sabemos que além dos impasses enfrentados pelas faltas de políticas públicas, bem como a falta de investimentos e a não concretização da implementação das SRM em todas as escolas da rede pública de ensino, ainda há, os estigmas vindos por parte dos pais ao enfrentarem a aceitação de filhos com deficiência e acreditarem que a busca pelo acompanhamento necessário seja de suma importância para a efetivação de uma inclusão e não de integração.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal. (Mantovan, 2015, pag. 18).

Ou seja, lutar por “igualdade” talvez tenha que dar lugar ao lutar por “equidade”, visto que de iguais não temos nada e que as diferenças cada vez mais, estão sendo difíceis de serem aceitas, começando pela família e em alguns casos, dentro das salas de aula, talvez pela falta de informação, o que acarreta mesmo sem querer, a exclusão de alunos.

O presente questionário foi aplicado com duas professoras da rede municipal, em que trabalham na sala de AEE do município, ambas têm graduação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia. O público atendido na sala de AEE, são estudantes com deficiência que possuem laudo médico e necessitam de acompanhamento por uma equipe multidisciplinar.

Tabela 2:

Perguntas:	Psicopedagoga:
-------------------	-----------------------

A sala onde acontece o Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferece condições favoráveis ao atendimento?	<i>Sim.</i>
De acordo com o planejamento individual para os atendimentos, em qual frequência estes acontecem?	<i>Semanal.</i>
Os professores da sala de aula regular onde os alunos atendidos estão matriculados, contribuem com o acompanhamento no AEE? De que forma?	<i>Mantemos sempre um diálogo entre os professores da sala regular e do AEE em busca de melhorias na aprendizagem e superação de algumas barreiras que possam impedir essas crianças ou adolescentes de avançar na aprendizagem.</i>
No momento, quantos alunos estão sendo atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE)?	<i>42 crianças na zona urbana.</i>
Enquanto profissional, você consegue observar resultados positivos no decorrer dos acompanhamentos?	<i>Sim.</i>

Fonte: Elaborada pelos autores.

O Atendimento Educacional Especializado necessita de que as SRM tenham os equipamentos e materiais necessários para o êxito nas atividades desenvolvidas com o público alvo. Desta forma, como apontam as colaboradoras, podemos perceber que a SRM presente na escola, dispõe das condições precisas para tal. Ainda, observamos também que as professoras realizam o Plano Educacional Individualizado (PEI), o fazendo semanalmente para atentarem as evoluções na aprendizagem.

O PEI é um instrumento importante para garantir que os alunos recebam o apoio e recursos necessários para terem sucesso no ambiente educacional. Ao personalizar a abordagem educacional de acordo com as necessidades individuais do aluno, o PEI promove uma educação que observa o desenvolvimento de cada aluno e proporciona um olhar direcionado a necessidade de cada um.

A parceria entre escola e família é fundamental para a concretização do esperado a ser realizado dentro do AEE, assim como uma interligação entre os professores da Sala de Aula

Regular e o Atendimento Educacional Especializado. É importante manter sempre a comunicação, visando o avanço do aluno e buscando sempre por estratégias que sejam voltadas para a evolução do ensino/aprendizagem. Ainda, notamos que nossas colaboradoras certificaram haver essa comunicação com as professoras das Salas de Aula Regulares, procurando o melhor para uma educação inclusiva e presente.

As políticas públicas para a implementação das SRM dentro das escolas públicas do país, são falhas. Percebemos isso, ao observamos que dentro do município de Portalegre, apenas uma escola da zona urbana dispões do AEE, porém a cidade com aproximadamente 7.601 pessoas, segundo do Censo IBGE realizado no ano de 2023. Ainda, o município conta com outras escolas da rede municipal, localizadas nas áreas rurais, denotando também a necessidade do atendimento no AEE para estes/as alunos/as. Podemos perceber a concretização desta afirmativa na fala de uma de nossas colaboradas, ao dizer que o Atendimento Educacional Especializado do município de Portalegre atende 42 crianças da “zona urbana”.

Desta forma, é perceptível que há sim, a realização do trabalho dentro do AEE quando uma das nossas colaboradoras afirma ter resultados positivos, mas, percebemos também o entrave para a melhoria deste atendimento, ao vermos as dificuldades impostas por alguns pais, e a SRM do município ser apenas uma, além da dificuldade mostrada em não abranger as áreas rurais. Todavia, esta é uma pesquisa que visa identificar se há ou não a realização com êxito dentro do possível presente na realidade da cidade.

Ainda, afirmamos que o trabalho realizado pelas nossas colaboradoras, apesar da dificuldade com alguns termos que já foram reestruturados, como a própria nomenclatura que se refere ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e uma delas ainda usa o Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), compreendemos que isso não interfere no trabalho realizado dentro do AEE, visto que as colaboradoras afirmam ter resultados positivos referente aos alunos.

Porém, não há como não frisar a importância da busca pela melhoria do conhecimento, pois, a Educação Inclusiva ainda precisa de profissionais que acompanhem as evoluções dos termos, busquem pela execução das leis na prática, além de em conversas e entrevistas, mostrarem a busca pela equidade que tanto precisamos, visto que “estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos” (Mantoan, 2015, pag. 18). Dessa forma, a luta pela Educação Inclusiva deve acontecer todos os dias, dentro e fora da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desta pesquisa foram alcançados, pois percebemos a significativa importância de se analisar os trabalhos realizados no AEE, visto que a nossa regulação em buscar pelos direitos, deve ser sempre ativa, pois com a não existência, se for o caso, deste atendimento, deve-se ser reivindicado e assegurado, afinal, é lei.

O Atendimento Educacional Especializado precisa garantir direitos ao público alvo, como o desenvolvimento especializado, a inclusão social, o suporte aos professores, a valorização da diversidade, bem como a garantia do acesso destes alunos com as necessidades existentes e o suporte para a melhoria deles.

O Atendimento Educacional Especializado faz parte da modalidade de Educação Inclusiva, dado que ela enfatiza a importância de adaptar o sistema educacional para responder às necessidades individuais dos alunos, estabelecendo assim a busca por equidade. Ainda, o AEE é indispensável neste processo, em razão de garantir que os alunos tenham acesso a um ambiente educacional que busca por inclusão e que acima de tudo, procura desenvolver um complemento para auxiliar na evolução de ensino/aprendizagem.

O papel dos professores dentro do Atendimento Educacional Especializado, desempenha relevância para a inclusão educacional. Os profissionais devem ter formação específica para desenvolver o trabalho, além de serem responsáveis pelas estratégias pedagógicas aplicadas a cada aluno, sempre focando nas suas especificidades. Portanto, trabalhar com sucesso no AEE exige dedicação, empatia e uma abordagem centrada no aluno. Cada aluno é uma história única, e o sucesso no AEE está em encontrar maneiras de desbloquear o potencial de cada um, proporcionando as ferramentas e o apoio de que precisam para ter sucesso na educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Federal n. 7611 de 17 de novembro de 2011.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. INCLUSÃO ESCOLAR: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2015. 50 p.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves e CIA, Fabiana. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. CADERNOS DE PESQUISA v.47 n.165 p. 964-981 jul./set. 2017 977.

Resolução CNE/CEB nº. 2 de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial. Brasília: MEC, 2009.

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, beatrizcavalcante@alu.uern.br;

[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, irismariane@alu.uern.br;

[3] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, yasminbraga@alu.uern.br;

[5] Professora orientadora: Prof.^a M^a. Cristiane de Fátima Costa Freira, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, orientador@email.com.